Serviço Público Federal
Conselho Federal de Medicina Veterinária

ATA DA PRIMEIRA (I) CÂMARA NACIONAL DE PRESIDENTES DO SISTEMA CONSELHO FEDERAL E CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ANO DE 2025, REALIZADA NA SEDE DO CFMV, EM BRASÍLIA-DF, NO PERÍODO DE 11 A 13 DE MARÇO DE 2025. No período de 11 a 13 de março de 2025, nos termos da Resolução do CFMV n.° 669, de 10 de agosto de 2000, reuniram-se presencialmente, na Sede do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, situada no SIA Trecho 06, Lote 130/140, Brasília-DF, a Diretoria Executiva do CFMV, cinco Conselheiros Federais, bem como os(as) Presidentes dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária - CRMVs, para a realização da 1ª Câmara Nacional de Presidentes do Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, convocada e presidida pelo Presidente em Exercício do CFMV, Méd.-Vet. Romulo Cezar Spinelli Ribeiro de Miranda, CRMV-RJ nº 2773. Contou com a presença do Secretário-Geral do CFMV, Méd.-Vet. José Maria dos Santos Filho, CRMV-CE n.° 0950, do Tesoureiro do CFMV, Méd.-Vet. Marcos Vinícius de Oliveira Neves, CRMV-SC n.° 3355, bem como dos Conselheiros, Méd.-Vet. Francisco Edson Gomes, CRMV-RR nº 0177, Zoot. Rodrigo Affonso Leitão, CRMV-MG nº 0833/Z, Méd.-Vet. Mitika Kuribayashi Hagiwara, CRMV-SP nº 0521, Méd.-Vet. Raimundo Alves Barrêto Júnior, CRMV-RN nº 0307, Méd.-Vet. Roberto Renato Pinheiro da Silva, CRMV-MT nº 1364. Participaram, ainda, os Presidentes dos CRMVs: Presidente do CRMV-AC, Méd.-Vet. Fábio Pires de Moraes, Presidente do CRMV-AL, Méd.-Vet. Annelise Castanha Barreto Tenório Nunes, Presidente do CRMV-AM, Méd.-Vet. Ednaldo Souza da Silva, Presidente do CRMV-AP, Méd.-Vet. Rackel Barros, Presidente do CRMV-BA, Méd.-Vet. Lúcio Leopoldo Aragão da Silva, Presidente do CRMV-CE, Méd.-Vet. Daniel de Araújo Viana, Presidente do CRMV-DF, Méd.-Vet. Rodrigo Antonio Bites Montezuma, Presidente do CRMV-ES, Méd.-Vet. José Carlos Landeiro Fraga, Presidente do CRMV-GO, Méd.-Vet. Rafael Costa Vieira, Presidente do CRMV-MA, Méd.-Vet. Licindo Rodrigues Pereira, Presidente do CRMV-MG, Méd.-Vet. Affonso Lopes de Aguiar Júnior, Presidente do CRMV-MS, Méd.-Vet. Thiago Leite Fraga, Presidente do CRMV-MT, Méd.-Vet. Aruaque Lotufo Ferraz de Oliveira, Presidente do CRMV-PA, Méd.-Vet. Nazaré Fonseca de Souza, Presidente do CRMV-PB, Méd.-Vet. José Cecílio Martins Neto, Presidente do CRMV-PE, Méd.-Vet. Maria Elisa de Almeida Araújo, Presidente do CRMV-PI, Méd.-Vet. Miguel Ferreira Cavalcante Filho, Presidente do CRMV-PR, Méd.-Vet. Adolfo Yoshiaki Sasaki, Presidente do CRMV-RJ, Méd.-Vet. Diogo Alves da Conceição, Presidente do CRMV-RN, Méd.-Vet. Nirley Vercelly Lopes Formiga, Presidente do CRMV-RO, Méd.-Vet. Anilto Funez Júnior, Presidente do CRMV-RR, Méd.-Vet. Fábio Silva de Souza, Presidente do CRMV-RS, Méd.-Vet. Mauro Antonio Correa Moreira, Tesoureiro CRMV-SC, Silas Maurício Cuneo Amaral, Presidente do CRMV-SE, Méd.-Vet. Eduardo Luiz Cavalcanti Caldas, Presidente do CRMV-SP, Méd.-Vet. Daniela Pontes Chiebao e Presidente do CRMV-TO, Méd.-Vet. Márcia Helena da Fonseca. Estiveram presentes, ainda, os seguintes membros dos CRMVs: Méd.-Vet. Nilda Francisco Costa, Vice-Presidente do CRMV-TO; Adv. Bernardino de Abreu Neto, Assessor Jurídico do CRMV-TO; Méd.-Vet. Rodolpho José da Silva Bastos , Vice-Presidente do CRMV-ES; Méd.-Vet. Nordman Wall Barbosa de Carvalho Filho, Secretário-Geral do CRMV-MA ; Méd. Vet. Gilson de Assis Sales, Conselheiro Efetivo do CRMV-MG; Méd.-Vet. Leny Rosa Filho, Vice-Presidente do CRMV-MT; Méd.-Vet. Valney Souza Correa , Secretário-Geral do CRMV-MT; Méd.-Vet. Adriele Carolina Franco Cardoso , Tesoureira do CRMV-PA ; Méd.-Vet. Caroline Guimarães Marques Oliveira , Tesoureira do CRMV-PI ; Adv. André Siqueira Gonçalves Diretor Jurídico do CRMV-RJ ; Daniela Scaffo, Assessora de Imprensa do CRMV-RJ ; Méd.-Vet. Raquel Lopes Guarise, Vice-Presidente do CRMV-RS, Elias Ferreira da Silva , Assessor Especial da Presidência do CRMV-RS, Méd.-Vet. Vanessa de Medeiros Bonatelli , Membro da Comissão de Saúde Única do CRMV-SC ; Zoot. Kátia de Oliveira, Conselheira Efetiva do CRMV- SP; Méd.-Vet. Daniela Scantamburlo Denadai , Conselheira Efetiva do CRMV-SP; Milena Coelho, Assessora de Comunicação do CRMV-DF ; Quecia Carvalho, Assessora de Comunicação do CRMV-MA; Gislene Guerra - Assessora de Comunicação do CRMV-MS ; Méd. -Vet. Regiana Araújo Lage, Conselheira Efetiva do CRMV-RN ; Méd. Vet. Fabiana da Silva C arneiro Chagas, Conselheira Efetiva do CRMV-TO e Méd. -Vet. Juliana do Espí rito Santo, Conselheira Suplente do CRMV-MG. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS** – Em consonância com o art. 3º da Resolução do CFMV n.° 669/2000, às 09h, havendo quórum, o Presidente em Exercício, do CFMV, Méd.-Vet. Romulo Cezar Spinelli Ribeiro de Miranda, CRMV-RJ nº 2773, após saudações iniciais, declarou aberta a 1ª Câmara Nacional de Presidentes do Sistema CFMV/CRMVs de 2025. **II – ORDEM DO DIA.** O Presidente em Exercício do CFMV, Romulo Cezar Spinelli Ribeiro de Miranda, iniciou o evento justificando a ausência da Presidente do CFMV, Dra. Ana Elisa Fernandes de Souza Almeida. Ele reforçou o objetivo do CFMV de trabalhar cada vez mais em benefício da Medicina Veterinária e da Zootecnia, expressando otimismo em relação a dias produtivos com uma nova dinâmica para fortalecer a relação com o Congresso Nacional e facilitar o diálogo sobre temas de interesse das profissões. Parabenizou o Presidente reeleito do CRMV-MS, Méd.-Vet. Thiago Leite Fraga e deu as boas-

vindas ao novo Presidente do CRMV-DF, Méd.-Vet. Rodrigo Antonio Bites Montezuma. Explicou que a Câmara Nacional de Presidentes (CNP) dedicará dois períodos a atividades institucionais, aproveitando a rara oportunidade de reunir representantes dos estados para se aproximarem do Congresso Nacional e buscarem apoio para temas de interesse da Medicina Veterinária e da Zootecnia. Com a palavra, o Presidente do CRMV-DF, Dr. Rodrigo Antonio Bites Montezuma, expressou sua satisfação em sediar o evento em Brasília, mencionou a necessidade de uma sede mais adequada para o CRMV-DF, buscando apoio do Conselho Federal (CFMV) para isso. Relatou estar trabalhando para regularizar pendências e organizar o CRMV-DF. Com a palavra, o Dr. Romulo assegurou o apoio do CFMV dentro das possibilidades orçamentárias. Na sequência, a pauta da 1ª CNP de 2025 começou a ser discutida. **III – APRESENTAÇÃO DOS TEMAS** : **1 . Apresentante:** Dr. Daniel de Araújo Viana – Presidente do CRMV-CE - **1.1 Criação do Prêmio Francisco Cavalcanti de Almeida.** – Assunto retirado de pauta pelo apresentante. **2. Apresentante:** Dra. Maria Elisa de Almeida Araújo – Presidente do CRMV-PE **- 2.1 Fogos de artifício com estampido.** A discussão central girou em torno do problema dos fogos de artifício com estampido e seus impactos negativos em animais (domésticos e silvestres), idosos e pessoas com deficiência. A Dra. Maria Elisa informou que participou de um evento em que uma representante do CRBio, em Pernambuco, propôs uma ação conjunta com outros conselhos para sensibilizar a sociedade e buscar o cumprimento ou a criação de legislação sobre o tema. Foram citados exemplos de leis existentes em alguns estados e municípios do Nordeste, muitas vezes descumpridas. O Presidente do CRMV-AC, Dr. Fábio Pires manifestou solidariedade e compartilhou a existência de uma lei estadual no Acre com multas, mas apontou a dificuldade cultural e o descumprimento da lei pelo próprio poder público. Ele sugeriu uma campanha de conscientização nacional, mesmo que simples, através das redes sociais dos conselhos. O Presidente do CRMV-BA, Dr. Lúcio Leopoldo relatou uma iniciativa local em Salvador para proibir fogos com estampido por órgãos públicos, com uma lei aprovada, mas com fiscalização incerta. Ele também mencionou uma campanha anual na Bahia sobre o tema e defendeu um projeto nacional de sensibilização. A Presidente do CRMV-PE, Dra. Maria Elisa complementou a urgência da campanha devido à proximidade das festas juninas, especialmente fortes no Nordeste, esclarecendo que o objetivo não é proibir fogos luminosos, mas controlar o estampido e os decibéis. Ela reforçou o pedido de apoio para a campanha. **2.2. Avaliação do uso das planilhas de controle no CRMV-PE.** A apresentação detalhou o sistema de planilhas do CRMV-PE, implementado para melhorar a gestão e organização de dados, que antes eram perdidos ou mal armazenados. O sistema, baseado no Google Planilhas, divide as informações em eixos coloridos (vermelho, verde e amarelo) e permite o controle de demandas, acompanhamento diário e geração de relatórios mensais/anuais. Exemplos incluem o controle de diárias e passagens, acordos do setor jurídico e dados da assessoria de comunicação. A gestão de risco também foi integrada, com o acompanhamento de indicadores de desempenho. O sistema resultou em melhoria da gestão de risco, transparência, aprimoramento de processos internos e capacitação de funcionários. Outros CRMVs, como o do Rio Grande do Norte e Maranhão, demonstraram interesse e adaptaram as planilhas para suas necessidades. O Dr. Rômulo sugeriu que os Conselhos Regionais interessados entrem em contato com o CFMV para viabilizar a implementação do sistema. **2.3. Planejamento estratégico para o Sistema CFMV/CRMV's.** A discussão se iniciou com a apresentação de um tema provocativo sobre o planejamento estratégico do CFMV para os Regionais. A motivação por trás da proposta é a frustração com a lentidão na resolução de problemas complexos que a profissão enfrenta, os quais não podem ser solucionados isoladamente. É introduzido o conceito de "Muvuca" (mistura, confusão) e o acrônimo "VUCA" (Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade) para descrever o cenário atual que impacta a Medicina Veterinária e a Zootecnia, gerando desafios como informações ambíguas, invasão de áreas, insegurança jurídica e legislações incoerentes. A principal proposta é a realização de um planejamento estratégico conjunto entre o CFMV e os CRMVs, inspirado no sucesso da área farmacêutica, para definir uma agenda propositiva e metas coordenadas. A intenção é unir esforços para abordar questões complexas de forma mais eficaz e com acompanhamento ágil. A discussão se estendeu com comentários de outros presidentes regionais que expressaram a necessidade de maior unidade e coordenação. Foram levantadas preocupações sobre a falta de uniformidade em processos nos diferentes regionais, a importância de centralizar ações de âmbito nacional no CFMV para evitar instabilidade jurídica, e a sugestão de reuniões prévias dos regionais antes das CNPs para alinhar pautas. A complexidade das estruturas regionais e a autonomia dos CRMVs também foram pontos de debate. A importância da articulação política e a necessidade de uma "espinha dorsal" unificada para a profissão foram enfatizadas. **3. Apresentante:** Dr. Diogo Alves da Conceição – Presidente do CRMV-RJ. **3.1. Criação do Internato obrigatório e Regulamentação da criação de novos Cursos de Medicina Veterinária.** O Presidente do CRMV-RJ elogiou a atual gestão do CFMV por dar voz aos regionais, contrastando com a falta de abertura em gestões passadas. Relembrou a submissão de projetos de lei importantes que não tiveram andamento. Dr. Diogo narrou sua trajetória até a presidência do CRMV-RJ e o desejo de trazer protagonismo para a profissão. Mencionou a tentativa, sem sucesso na gestão anterior, de viabilizar um projeto de lei para a aposentadoria especial dos médicos-veterinários. Expressou agradecimento público e pessoal ao Dr. Romulo Cezar, desmentindo rumores de insubordinação do CRMV-RJ e reafirmou parceria e lealdade. Ele incluiu na CNP a participação do Deputado Federal Sargento Portugal como parte de um movimento político em prol da Medicina Veterinária e da Zootecnia, que aborda a questão da prova de proficiência, da qual se declara autor do projeto de lei já protocolado. Dr. Diogo criticou a inoperância passada em relação a temas importantes e defendeu a pro-atividade do CRMV-RJ, diferenciando-a de insubordinação. Também levantou a preocupação com o crescente número de faculdades de Medicina Veterinária, muitas com ensino a distância e qualidade questionável e a falta de ação incisiva do Sistema CFMV/CRMVs para frear essa expansão. Relatou a busca por apoio parlamentar para questões como a criação da profissão de auxiliar veterinário (que buscam alterar para auxiliar de serviço em saúde animal) e a obrigatoriedade de médico-veterinário como Responsável Técnico em casas

agropecuárias. Ainda, enfatizou a cobrança dos 22 mil médicos-veterinários do Rio de Janeiro por ações efetivas e sua própria cobrança pessoal em buscar melhorias para a profissão. Defendeu a legalidade da movimentação política em prol da profissão e criticou a inércia diante de problemas como o excesso de faculdades com formação precária, alertando para os riscos sanitários. Com a palavra o **Deputado Federal Sargento Portugal** que enfatizou a importância de participação ativa na política, deixando de lado as preferências partidárias, para que a profissão não seja prejudicada. Ele comparou a situação dos médicos-veterinários com a dos médicos convencionais, que possuem maior influência política e, consequentemente, melhores condições de trabalho. O Deputado destacou a necessidade de união e mobilização da categoria, sugerindo que os Conselhos Regionais se organizem para pressionar os parlamentares em momentos decisivos. Ele ofereceu seu apoio para articular projetos de lei e acompanhar sua tramitação no Congresso Nacional. Os Presidentes dos Conselhos Regionais expressaram suas preocupações com a falta de representatividade política da categoria e a necessidade de maior organização para defender seus interesses. Mencionaram problemas como o excesso de faculdades de Medicina Veterinária, a falta de fiscalização sanitária e a necessidade de regulamentação da profissão. Eles também destacaram a importância de ter uma Assessoria Parlamentar para acompanhar os Projetos de Lei em tramitação no Congresso. **4. Apresentante**: Dra. Daniela Pontes Chiebao – Presidente do CRMV-SP. **4.1. Discriminação e Assédio moral e sexual no Código de Ética do médico-veterinário e do zootecnista.** Com a palavra, Dra. Daniela apresentou proposta de incluir discriminação e assédio moral e sexual no Código de Ética do Médico-Veterinário e do Zootecnista. A iniciativa surgiu de denúncias éticas recebidas e de uma provocação da Procuradoria do Trabalho sobre a atuação do Conselho em casos de assédio. O CRMV-SP propôs alterar as resoluções do Conselho Federal (CFMV) para incluir essas condutas como infrações éticas e sugeriu designar conselheiras mulheres para instruir e relatar processos envolvendo denúncias de assédio moral e sexual por mulheres. A ideia é modernizar o código, facilitar o tratamento dessas denúncias e dar uma resposta mais efetiva às vítimas. Houve um debate sobre a pertinência de incluir no âmbito ético condutas que já são consideradas crimes na justiça comum. Alguns presidentes questionaram se o Conselho não deveria apenas orientar as vítimas a buscar a justiça e, após uma condenação criminal, abrir um processo ético. A preocupação é evitar interpretações subjetivas e possíveis injustiças no âmbito estritamente técnico do processo ético. Outros defenderam a inclusão, argumentando que o Conselho tem um papel ético a zelar pela conduta dos profissionais, mesmo em atos que não sejam estritamente técnicos, e que a punição ética, com a possibilidade de publicação da penalidade, pode ter um efeito dissuasor. A experiência do CRMV-RJ em acolher uma denúncia de assédio sexual sofrida por uma médica-veterinária durante atendimento domiciliar foi citada como exemplo da necessidade de amparo do Conselho. A questão da sensibilidade de gênero no tratamento desses casos também foi levantada, com a justificativa da sugestão de conselheiras mulheres para relatar processos envolvendo vítimas femininas. A importância de campanhas educativas sobre o tema para os profissionais também foi mencionada. O debate tocou na autonomia e independência das esferas ética e judicial, com a menção de casos em que decisões de Conselhos e da justiça comum divergiram. A necessidade de definir o escopo da atuação ética em relação a atos praticados fora do exercício profissional também foi discutida, com exemplos de crimes cometidos por médicos-veterinários como cidadãos. Ao final, houve um consenso sobre a importância de aprofundar a discussão, possivelmente em Plenária do CFMV, para encontrar a melhor forma de abordar o tema, considerando a proteção das vítimas, a atuação ética do Conselho e a articulação com a esfera judicial. A possibilidade de atualizar o Código de Processo Ético foi levantada como um caminho para facilitar o enquadramento e a penalização em casos claros e documentados. **4.2. Sugestão para a Campanha Nacional do Dia do Zootecnista.** O segundo tema da reunião é a Campanha Nacional do Dia do Zootecnista, apresentado pela Zootecnista Kátia Oliveira, Conselheira Efetiva do CRMV-SP. Dra. Kátia relembrou a história da instituição do curso de Zootecnia no Brasil e a data de celebração do dia do profissional (13 de maio). Destacou o crescente número de cursos e zootecnistas atuantes, com maior concentração em São Paulo, e a expressiva importância da Zootecnia no agronegócio brasileiro, tanto em termos de PIB quanto de geração de empregos. A apresentação propôs uma nova abordagem para as campanhas, focando no conceito "A Zootecnia na sua vida", buscando mostrar a relação do zootecnista com criadores (de produção e pets) e com a sociedade em geral, ressaltando a importância da sustentabilidade. Através de comparações visuais ("sem zootecnista" vs. "com zootecnista"), são ilustrados os benefícios da atuação do profissional em áreas como instalações planejadas, treinamento funcional animal, elaboração de dietas, bem-estar animal e aumento da produtividade. Para a sociedade, destacou-se a contribuição para a qualidade da produção de alimentos. A campanha sugere subconceitos como "criar recordações memoráveis", "saciar a fome de vitória" e "desfrutar de um ambiente saudável", além de envolver os animais de estimação. A mensagem final proposta foi "A zootecnia na sua vida é muito importante. Reconheça e enalteça o trabalho do zootecnista". Houve comentários positivos sobre a apresentação, ressaltando a mudança de visão dos médicos-veterinários em relação aos zootecnistas e a crescente importância da Zootecnia na produção animal e segurança alimentar. Também houve manifestação da preocupação em relação a uma imagem da apresentação, para que não fosse interpretada como invasão da área de inspeção de produtos de origem animal, que é privativa do médico-veterinário, reforçando a importância de respeitar as competências legais de cada profissão. Dra. Kátia esclareceu que a imagem tinha o contexto da produção animal. Outros presidentes parabenizaram a iniciativa e demonstraram interesse em colaborar com a campanha. Ficou acordado que o material da campanha seria compartilhado com o setor de comunicação do CFMV. **5. Apresentante:** Dra. Márcia Helena da Fonseca – Presidente do CRMV-TO. **5.1. Regulamentação de Estabelecimentos Veterinários Públicos.** O tema abordado foi a Resolução do CFMV nº 1275/2019, que trata dos estabelecimentos veterinários. A Dra. Márcia apontou diversas falhas na resolução, argumentando que precisa ser reformulada para abranger os novos tipos de estabelecimentos veterinários que surgiram, especialmente no âmbito público (hospitais públicos, UPAs

veterinárias, castramóveis) e as questões relacionadas à publicidade e concorrência desleal. Levantou preocupações sobre o uso de termos como "popular", "preços democráticos" e "acesso" na publicidade, que podem infringir o Código de Ética ao configurar mercantilismo e concorrência desleal. Propôs a retificação da Resolução do CFMV nº 1275/2019 para regulamentar especificamente os estabelecimentos públicos, estabelecer critérios de qualidade e segurança para serviços gratuitos e fortalecer o acesso da população a um atendimento digno e eficiente, considerando tanto o setor público quanto o privado. O Dr. Licindo, Presidente do CRMV-MA complementou a discussão, reforçando a necessidade de o médico-veterinário ser incluído na Lei Orgânica da Saúde (8.080/90) e criticou a Nota Técnica nº 20, do Ministério da Saúde, que não prevê investimento financeiro na saúde veterinária pública. Também abordou a questão do atendimento gratuito nos serviços públicos, que, ao realizar tratamentos eletivos, pode gerar concorrência desleal com as clínicas privadas. O Dr. Nirley, Presidente do CRMV-RN informou que o GT de publicidade está finalizando a revisão da Resolução do CFMV nº 780/2004 e que a questão da nomenclatura de "hospital" por estabelecimentos que não funcionam 24 horas, é um problema. Concordou com a necessidade de critérios técnicos de qualidade e segurança serem os mesmos para instituições públicas e privadas. Também levantou a preocupação com a criação de secretarias de bem-estar animal por prefeituras como forma de obter recursos, sem necessariamente ter estrutura para o atendimento. Mencionou também a concorrência desleal no atendimento domiciliar como uma pauta importante para o CFMV. O Dr. Mauro, Presidente do CRMV-RS compartilhou a dificuldade de identificar a secretaria responsável pelos hospitais veterinários públicos e a preocupação com hotéis, creches e parquinhos públicos de animais sem controle sanitário adequado. Relatou os problemas com os castramóveis que muitas vezes funcionam apenas em período eleitoral. O Dr. Rodrigo Montezuma, Presidente do CRMV-DF focou nos hospitais veterinários acadêmicos, questionando a mensagem transmitida aos futuros profissionais quando esses hospitais não seguem a Resolução do CFMV, quanto ao funcionamento 24 horas. Sugeriu a mudança da nomenclatura para "Serviço Público Veterinário" ou "Hospital Escola". O Dr. Adolfo, Presidente do CRMV-PR relatou a dificuldade de fiscalizar hospitais veterinários acadêmicos que se recusam a retirar o nome "hospital" e a pressão das clínicas privadas sobre essa questão. O Dr. Diogo, Presidente do CRMV-RJ questionou a competência do conselho para classificar estabelecimentos, defendendo que a fiscalização deve se concentrar no ato profissional. Mencionou o uso do termo "UPA VET" como um nome fantasia que pode gerar uma percepção de atendimento mais barato. O Dr. Valentino, Assessor Jurídico do CFMV esclareceu que a Resolução atual não distingue hospitais públicos, privados ou de ensino quanto ao funcionamento 24 horas. O Dr. Barreto, Conselheiro Federal do CFMV informou que o GT de atendimento domiciliar já finalizou a minuta da resolução, que será encaminhada para consulta pública. **6. Apresentante:** Dr. Adolfo Yoshiaki Sasaki – Presidente do CRMV-PR - **6.1. Domicílio Tributário Eletrônico.** Dr. Adolfo falou sobre a questão do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), uma resolução do CFMV que exige que os profissionais da área cadastrem um endereço eletrônico para receber notificações fiscais. Relembrou que o tema já havia sido discutido em 2023, mas acabou sendo negligenciado, resultando em um prazo curto para implementação e comunicação aos profissionais. A principal preocupação apresentada é o alto custo para os CRMVs de notificar todos os profissionais por meio de Aviso de Recebimento (AR) tradicional. Estimou custos significativos para o Paraná (R$ 336 mil a R$ 500 mil), tornando a ação inviável dentro do orçamento dos Regionais e comparou a situação com o recadastramento de cédulas, onde muitos profissionais alegaram desconhecimento, evidenciando a dificuldade dos CRMVs em alcançar todos os inscritos. Diante dos fatos apresentou três sugestões para o CFMV auxiliar os Regionais: **1)** O CFMV gerenciar todo o processo: arcar com os custos de campanha de comunicação em massa (Correios e AR), processamento de retornos e controle de devoluções, possivelmente contratando uma empresa terceirizada para realizar o trabalho pelos Regionais. **2)** O CFMV focar na comunicação e normatização da AR eletrônica: Realizar campanhas de comunicação em massa e normatizar o uso da AR eletrônica para diminuir os custos de postagem das notificações restantes (não digitais), que poderiam ser feitas pelo Conselho Federal para minimizar os custos dos CRMVs, especialmente os menores. **3)** O CFMV combinar comunicação, AR eletrônica e convênio com os Correios: Realizar campanhas de comunicação em massa, normatizar o uso da AR eletrônica e estabelecer convênios com os Correios para diminuir os custos de postagem das notificações remanescentes, que poderiam ser feitas pelo CFMV ou pelos CRMVs com custo reduzido. Dr. Adolfo enfatizou a necessidade de apoio financeiro e logístico do CFMV para garantir a adesão ao DTE, considerando o grande número de profissionais em alguns estados e a dificuldade de comunicação eficaz por parte dos regionais. **7. Apresentante:** Dr. Silas Maurício Cuneo Amaral – Tesoureiro do CRMV-SC **. 7.1 Projeto: "Amigo dos Animais" Conscientização infantil sobre desastres em massa envolvendo animais.** Dr. Silas passou a palavra à Dra. Vanessa (CRMV-SC) que apresentou o projeto "Amigo dos Animais: Conscientização Infantil sobre Desastres em Massa Envolvendo Animais". A iniciativa surgiu após os desastres de Brumadinho e as enchentes no Rio Grande do Sul, com o objetivo de educar crianças (7-9 anos) sobre como agir em situações de desastres para proteger os animais. O projeto se baseia na crença de que a educação, salva vidas, citando o exemplo de uma criança que salvou pessoas durante o tsunami na Tailândia ao reconhecer os sinais. A proposta inicial é um livro infantil lúdico, protagonizado por uma labradora chamada Naná, que ouve a história de resgate do seu avô durante uma enchente. O livro aborda o resgate, o papel dos médicos-veterinários e zootecnistas, a importância dos abrigos e doações e a necessidade de cuidado com todos os tipos de animais (pequenos, silvestres e de produção). Ao final, o livro traz orientações simples para crianças sobre como agir em desastres para proteger os animais. O projeto é pensado em etapas: - Pré-projeto: Divulgação do livro com contação de histórias nas escolas e doação de um kit (livro e pelúcia), além da criação de uma mascote. - Projeto Piloto: Implementação em cidades com histórico de enchentes, com um kit mais completo para alunos (sacola, livro, camiseta-colete) e escolas (placa, livro do professor com atividades lúdicas). São propostos seis módulos de aprendizado sobre resgate

animal, profissionais envolvidos, riscos para animais, meio ambiente e humanos, e como ajudar em desastres, culminando em um evento de encerramento com premiação de desenhos. - Capacitação e Ampliação: Treinamento de voluntários, credenciamento de escolas e parcerias com diversas organizações (CFMV, Defesa Civil, Bombeiros, universidades, etc.) para expandir o programa. - Política Pública: Buscar transformar o projeto em política pública, a exemplo do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) em Santa Catarina, com financiamento governamental. A apresentação foi muito bem recebida pelos conselheiros, que parabenizaram a Dra. Vanessa pela iniciativa e sensibilidade. Houve relatos de projetos semelhantes em andamento em outros estados (como o trabalho de educação e saúde zoonótica no Maranhão e as ações de conscientização nas escolas do Mato Grosso). O Conselho Federal manifestou interesse em integrar o projeto em suas ações, mencionando a parceria com Maurício de Sousa. Houve convites para apresentar o projeto em eventos regionais e a sugestão de buscar apoio financeiro através da Fundação Getúlio Vargas. A importância da educação infantil para a posse responsável, a mudança de comportamento e a valorização da Medicina Veterinária também foram destacadas. **8. Apresentante:** Dr. Miguel Ferreira Cavalcante Filho - Presidente do CRMV-PI, **8.1. Caderno "Saúde e Bem-Estar Animal na Atenção Básica"** Dr. Miguel passou a palavra para a Dra. Lígia Calina Rocha Pires Ferreira, Vice-Presidente do CRMV-PI. Dra. Lígia apresentou a proposta de construção de um "Caderno de Saúde e Bem-Estar Animal na Atenção Básica", contextualizando a atuação do médico-veterinário como profissional de saúde pública, reconhecido por diversas normativas e com potencial para integrar as equipes multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (eMulti). No entanto, apontou problemas como a falta de visibilidade da atuação do médico-veterinário na atenção básica (focada principalmente na prevenção de zoonoses e arboviroses), a ausência de acesso ao sistema e-SUS para registro de atividades e a consequente dificuldade em demonstrar o desempenho profissional para fins de valorização e progressão de carreira. Essa invisibilidade torna a profissão vulnerável a reformas e à não aceitação pelos gestores. Para solucionar essa questão, a proposta se inspira nos cadernos já existentes do Ministério da Saúde que dão visibilidade a outras áreas da atenção básica (saúde mental, pré-natal, etc.). A ideia é criar um caderno específico para a saúde e bem-estar animal, voltado para médicos-veterinários e outros profissionais da atenção primária. A justificativa para essa iniciativa reside na crescente importância do vínculo emocional entre humanos e animais, que vai além da preocupação com zoonoses, abrangendo questões como síndromes de acumulação, maus-tratos relacionados à violência doméstica e a crescente presença de animais como membros da "família multiespécie". O caderno proposto abordaria: - A importância da saúde e bem-estar animal para a saúde humana e ambiental na perspectiva de "Uma Só Saúde" (One Health). - As atribuições do médico veterinário na saúde pública, coletiva e social. - Visibilidade às práticas e intervenções do médico veterinário no SUS. - Incentivo à inclusão desses profissionais nas equipes eMulti. - A relação entre saúde e bem-estar animal e saúde humana e ambiental. - Ações desenvolvidas por médicos-veterinários e outros profissionais da saúde. - Legislação de proteção e bem-estar animal e redes de apoio. - Agravos de saúde pública relacionados a animais (maus-tratos, zoonoses, arboviroses). - Saúde coletiva (teoria do elo, síndrome de Noé). - Programas de manejo populacional ético de cães e gatos. - A importância da notificação de agravos relacionados a animais no SINAN. - Práticas em educação permanente de saúde e bem-estar animal no território. - A proposta de encaminhamento sugere a instituição de um Grupo de Trabalho (GT) composto por membros do CFMV e do Ministério da Saúde para a construção do caderno, ou alternativamente, que as comissões técnicas do CFMV assumam essa tarefa. Dra. Lígia enfatizou que a criação desse caderno é crucial para dar visibilidade à importância e às ações dos médicos veterinários na sociedade, tanto para a população quanto para os gestores. **8.2. Plataforma on-line CFMV para Cursos RT**. Dra. Caroline Guimarães Marques Oliveira, Tesoureira do CRMV-PI apresentou uma proposta para que o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) disponibilize uma plataforma online para cursos de Responsabilidade Técnica (RT). Explicou que muitos recém-formados assumem essa função sem o conhecimento adequado de suas obrigações e do seu papel, o que é preocupante. Considerando as dificuldades de um Conselho menor como o do Piauí em oferecer esses cursos devido a custos e estrutura, a Dra. Caroline se inspirou em um convênio da Agência de Defesa Agropecuária do Piauí com o Enagro, onde a RT em eventos agropecuários exige um curso online com certificado. A proposta é que o CFMV crie um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de uma plataforma semelhante, com cursos de RT e certificado digital, que beneficiaria todos os estados. O Dr. Fábio Pires, Presidente do CRMV-AC apoiou a proposta, relatando que o problema da falta de preparo para RT é generalizado e leva a situações preocupantes, como profissionais aceitando a função em troca de valores irrisórios ou para legalizar atividades irregulares. Ele mencionou que a Agência de Defesa do Acre exige treinamento para RT em eventos agropecuários, com participação do CRMV-AC. Relatou que embora tenha algumas preocupações sobre a obrigatoriedade do curso, concorda com a necessidade de ações em relação à RT em todas as áreas. Dr. Miguel, Presidente do CRMV-PI também reforçou a importância da educação e qualificação para a RT, indo além do conhecimento técnico e abrangendo a formação da postura profissional. Dra. Caroline sugeriu que, além da plataforma, se pense em estímulos ou até na obrigatoriedade do curso para recém-formados que desejam assumir RT, questionando a viabilidade jurídica dessa exigência, mas defendendo que seria o mínimo a cobrar de um Responsável Técnico. A Dra. Lígia, Vice-Presidente do CRMV-PI complementa a proposta, destacando que a disponibilidade de um curso de RT pelo Conselho facilitaria para a gestão pública a exigência de comprovação de conhecimento específico dos profissionais, inclusive atrelando o curso à ética profissional. Mencionou o exemplo da DAPA (Defesa Agropecuária do Piauí) e a importância para concursos públicos e outras áreas de atuação. Mateus de Jesus, do Núcleo de Apoios Regionais do CFMV informou que o CFMV já tem um projeto de implantação de uma plataforma online com diversas áreas de conhecimento (10 mapeadas inicialmente), com previsão de lançamento e palestrantes já convocados. No entanto, a RT não está no foco inicial dessa plataforma.

O Dr. Affonso Lopes, Presidente do CRMV-MG compartilhou a experiência de Minas Gerais, onde existe uma promotora buscando acabar com eventos agropecuários. Relatou que o CRMV-MG já disponibiliza plataformas de capacitação para RTs de eventos e peritos, oferecendo ferramentas para melhor qualificação e buscando diálogo com órgãos públicos para defender a importância dos eventos agropecuários para a economia e o agronegócio. **8.3. Nota Técnica aos Médicos-Veterinários sobre o Sistema CNAD/MMA.** Dra. Caroline Guimarães Marques Oliveira, Tesoureira do CRMV-PI apresentou o terceiro tema: **A construção de uma nota técnica orientativa aos médicos-veterinários sobre o Sistema do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.** Dra. Caroline contextualizou a recente legalização do cadastro e a importância da adesão dos proprietários, incentivada pelos médicos-veterinários. A proposta visa que o CFMV produza uma nota técnica para orientar e incentivar os veterinários a: **1)** Inserir eles próprios seus dados no cadastro (se desejarem). **2)** Estimular os proprietários a cadastrarem seus animais. **3)** Auxiliar no preenchimento do cadastro com informações relevantes (vacinas, enfermidades). A Dra. Caroline argumentou que essa ação auxiliaria no controle de zoonoses, em pesquisas e estudos estaduais, e no planejamento de campanhas de saúde animal. Ressaltou que o cadastro depende do estímulo do médico-veterinário. O Dr. Affonso Lopes, Presidente do CRMV-MG discordou, considerando que cadastrar animais não é função do médico-veterinário clínico, que já possui muitas demandas. Ele acredita que oferecer esse serviço poderia afastar clientes. O Dr. Rodrigo Montezuma, Presidente do CRMV-DF informou que o regional tem participado da apresentação do cadastro nacional e que universidades do DF, com supervisão de professores, participarão de uma campanha de cadastramento e mencionou áreas do cadastro específicas para médicos-veterinários. A Dra. Caroline rebateu, esclarecendo que a sugestão é para o médico-veterinário orientar o tutor a cadastrar, não para o médico-veterinário realizar o cadastro em si. Ela enfatizou a importância da ampla divulgação do cadastro pelo CFMV. O Dr. Rafael Vieira, Presidente do CRMV-GO apoiou a nota técnica, pois ela esclareceria a importância do cadastro, especialmente para o controle populacional e a rastreabilidade de animais, áreas onde a falta de um banco de dados nacional é um problema. Disse perceber que médicos-veterinários atuantes em saúde coletiva entendem a importância do cadastro, diferentemente de alguns clínicos. A nota técnica seria para orientar e posicionar o Sistema sobre o tema. O Dr. Fábio Pires, Presidente do CRMV-AC também apoiou a nota, esclarecendo que a responsabilidade do cadastro é do proprietário, mas que médicos-veterinários podem se cadastrar e, futuramente, isso poderia ser uma fonte de renda (chipagem com registro). Ele vê o cadastro como importante para futuras políticas públicas de bem-estar animal e para a prestação de contas de serviços médicos-veterinários financiados por órgãos ambientais. Ele informou sobre um banco de dados mundial privado e a adoção de um padrão universal de leitura de microchips. O Dr. Adolfo Sasaki, Presidente do CRMV-P) concordou com a importância de um cadastro nacional unificado, relatando a dificuldade de rastrear animais perdidos com sistemas municipais ou privados isolados. Ele mencionou o alto custo de uma iniciativa estadual no Paraná e a necessidade de combater informações falsas sobre taxas. Ele defendeu que ONGs e serviços públicos que usam dinheiro público deveriam ter os animais microchipados e cadastrados. Dra. Lígia complementou a proposta do cadastro nacional, enfatizando a responsabilidade da sociedade em fornecer dados para o desenvolvimento de políticas públicas de bem-estar animal. Ela destacou a importância de o médico-veterinário estar informado sobre o sistema para orientar os tutores sobre o cadastro e o tipo de informação relevante a ser inserida (vacinas, tratamentos, etc.), que pode gerar dados importantes para o poder público em nível municipal, estadual e federal. **8.4. Aplicativo para uso e orientação da sociedade** . Dra. Caroline Guimarães Marques Oliveira, Tesoureira do CRMV-PI apresentou o quarto tema: A criação de um aplicativo para uso e orientação da sociedade, tem por objetivo exaltar o exercício do médico-veterinário e do zootecnista, fornecendo informações úteis para os tutores. O aplicativo idealizado conteria: **1)** Referenciamento de clínicas e hospitais veterinários com nome dos profissionais e especialidades. **2)** Orientações educativas sobre saúde animal, importância da vacinação, cuidados gerais e identificação de problemas. **3)** Links para denúncias de maus-tratos e exercício ilegal da profissão. **4)** Informações sobre cuidados com animais em trânsito e como obter a Guia de Trânsito Animal (GTA). Dra. Caroline compara o aplicativo a um guia de planos de saúde, onde o usuário pode encontrar especialistas por proximidade e área de atuação. A ideia é que o tutor, em qualquer lugar do Brasil, possa localizar um médico-veterinário com a especialidade desejada, além de obter informações sobre clínicas (endereço, telefone). Outras funcionalidades seriam informações sobre transporte de animais (GTA) e links diretos para denúncias, facilitando o acesso da população aos órgãos competentes. O aplicativo também teria informações sobre sanidade animal e a importância da prevenção. A proposta visa aproximar a sociedade do Conselho, mostrando os serviços que a autarquia pode prestar, além de combater a percepção de que o Conselho serve apenas para cobrar anuidades. A sugestão é a criação de um GT para analisar a viabilidade do desenvolvimento do aplicativo. O Dr. Adolfo Sasaki, Presidente do CRMV-PR sugeriu que o aplicativo poderia incluir um cadastro de médicos-veterinários que atendem a domicílio, facilitando a localização desses profissionais. A Dra. Lígia do CRMV-PI complementou, relatando sua dificuldade em encontrar uma clínica veterinária de urgência em outra cidade usando apenas o Google. Ela reforçou que o aplicativo poderia georreferenciar clínicas e especialistas, além de fornecer informações sobre viagens com animais (Vigiagro, atestados de saúde). Ela também destacou o potencial do aplicativo para valorizar a profissão, servindo como uma plataforma de divulgação para os médicos-veterinários registrados, permitindo que os tutores verifiquem a regularidade do profissional e facilitem denúncias. **9. Participação do Deputado Federal Felipe Becari** : Durante a Câmara de Presidentes o Deputado Federal Felipe Becari compareceu para demonstrar seu apoio à classe médico-veterinária e discutir uma série de demandas apresentadas por representantes do CFMV e dos Conselhos Regionais (CRMVs). O Deputado destacou sua trajetória como policial civil e defensor da causa animal, ressaltando a importância da atuação dos médicos-veterinários no resgate, cuidado e bem-estar dos animais e reforçou seu

compromisso com a valorização da profissão no Congresso Nacional. Foram abordadas diversas pautas prioritárias para a categoria, incluindo a criminalização do exercício ilegal da Medicina Veterinária, a necessidade de criação de políticas públicas nacionais para o bem-estar animal, a regulamentação das ONGs de proteção animal e a valorização dos médicos-veterinários no serviço público, com a definição de piso salarial e reconhecimento de sua importância para a saúde pública e segurança alimentar. Também foi dada ênfase à preocupação com a saúde mental dos profissionais, diante do alarmante índice de suicídios na área, e à carência de médicos-veterinários em centros de triagem de animais silvestres (CETAS) e em biotérios universitários, onde há demanda por responsáveis técnicos qualificados. A discussão incluiu ainda a proposta de criação de núcleos de perícia veterinária, com a inclusão do tema na formação policial, para suprir a lacuna na atuação de peritos em casos de maus-tratos a animais. Os presentes na CNP defenderam a implementação de um exame de proficiência como instrumento para assegurar a qualidade dos profissionais formados, especialmente diante do aumento de instituições de ensino com currículos deficitários. O exame foi comparado a práticas já adotadas em outras profissões regulamentadas, como Direito e Medicina, e visto como forma de proteger a sociedade. O CRMV-MA solicitou o apoio do Deputado para o PL 6066/2023 e PL 1478/2022, visando estabelecer piso salarial e jornada de trabalho para médicos-veterinários e zootecnistas. O pedido busca combater a desvalorização salarial no serviço público, onde a Lei 4950-A não se aplica e a efetiva inclusão do médico-veterinário na saúde pública. Além disso, pediu a revisão do posicionamento do Deputado Kim Kataguiri, que criticou o PL do médico-veterinário como perito oficial, classificando-o como "cabide de emprego". O Deputado Felipe Becari se mostrou receptivo às propostas, reconhecendo as dificuldades do processo legislativo e a lentidão na tramitação de projetos, mas se comprometeu a trabalhar pelas demandas da classe, tanto em articulações políticas quanto no uso de sua visibilidade pública. Ele ofereceu seu contato pessoal para facilitar o diálogo com o CFMV, manifestou intenção de discursar na plenária da Câmara dos Deputados sobre as demandas apresentadas e reafirmou seu empenho em utilizar suas redes sociais para conscientizar a população sobre o papel essencial dos médicos-veterinários. Além disso, comprometeu-se a revisar e aprimorar, com base nas contribuições do CFMV, o Projeto de Lei nº 752/2023, que trata da criminalização dos maus-tratos e a buscar o apoio de outros parlamentares para fortalecer as pautas prioritárias da profissão. **10. Apresentante:** Dr. Affonso Lopes de Aguiar Júnior – Presidente do CRMV-MG. **10.1. Receituário Médico-Veterinário Eletrônico.** Antes de iniciar a discussão sobre o receituário, Dr. Affonso levantou a questão do prazo de cinco dias úteis para apresentação de prontuários, buscando uma equiparação com a Medicina humana, que possui um prazo de até 30 dias. Ele solicitou que os colegas avaliem essa possibilidade, dada a grande demanda de processos éticos relacionados ao curto prazo atual. O Dr. Fernando Zacchi, Assessor Técnico do CFMV esclareceu que a proposta de alteração está em consulta nos regionais e que a decisão dependerá da maioria das contribuições. Explicou que há um apelo para que os regionais se debrucem sobre o tema e enviem suas opiniões. Em relação ao **receituário médico-veterinário eletrônico**: Dr. Affonso apresentou o tema como uma realidade e discutiu as vantagens (agilidade, acesso remoto, redução de papel, segurança, integração com sistemas, facilidade para o tutor) e desvantagens (dependência de tecnologia, limitações legais, perda de contato pessoal, segurança de dados, dificuldade para animais com condições crônicas). Ele sugeriu a regulamentação pelo CFMV e a gestão junto ao Ministério da Saúde para o cadastramento de estabelecimentos veterinários no CNES. Segue um debate sobre a regulamentação existente, a experiência de profissionais que já utilizam sistemas eletrônicos (como o Onipet), a validade da assinatura GOV para medicamentos controlados (que não é válida, exigindo chave ICP Brasil), e o desenvolvimento de um sistema próprio pelo CFMV. Há também uma discussão sobre a possibilidade de compartilhamento de softwares com o Ministério da Agricultura (MAPA) e a complexidade de firmar termos de cooperação. Uma sugestão foi feita para um chamamento público para empresas de assinatura digital, a fim de facilitar o acesso dos médicos-veterinários a custos menores. Por fim, há uma breve menção à judicialização da obrigatoriedade de uso de plataforma própria pelo Conselho de Medicina. O receituário eletrônico é apresentado como uma realidade em expansão na prática veterinária. - Vantagens: Agilidade e conveniência, acesso remoto, redução de papel, segurança e rastreabilidade, integração com sistemas de gestão, facilidade para o tutor. - Desvantagens: Dependência de tecnologia, ausência de regulamentação específica no Brasil (apenas para medicina humana), possível perda de contato pessoal, problemas de segurança de dados, dificuldades para animais com condições crônicas. - Sugestões incluem a regulamentação pelo CFMV e a viabilização do cadastramento de estabelecimentos veterinários no CNES junto ao Ministério da Saúde. - Discussão sobre a regulamentação existente do MAPA e da Anvisa para prescrições veterinárias. - O CFMV está em processo de desenvolvimento de um sistema próprio de prontuário e receituário eletrônico. - A assinatura GOV não é válida para prescrição de medicamentos controlados, sendo necessária a chave ICP Brasil com assinatura qualificada. - Experiências de profissionais que já utilizam sistemas eletrônicos como o Onipet foram compartilhadas. - Há desafios e burocracia para o compartilhamento de sistemas com o Ministério da Agricultura (MAPA). - Sugestão de realizar um chamamento público para empresas de assinatura digital para oferecer melhores condições aos médicos-veterinários. - A obrigatoriedade de uso de plataforma própria pelo Conselho de Medicina foi judicializada e suspensa. - O CFMV não poderá obrigar os médicos-veterinários a utilizarem seu futuro sistema de prescrição eletrônica. **10.2. Projetos de Controle Populacional: fiscalização mais efetiva e revisão da norma atual -** Dr. Affonso Lopes de Aguiar Júnior, Presidente do CRMV-MG iniciou a discussão sobre os projetos de controle populacional, expressando sua visão de que muitas vezes são utilizados como "caça-votos" e prejudicam a clínica veterinária particular, com relatos de pessoas com condições financeiras utilizando serviços gratuitos. Ele apontou que, embora não seja contra o controle populacional em si, a forma como está sendo conduzida gera mais complicações pós-operatórias para os clínicos que precisam lidar com elas. Os principais pontos apontados foram: - Utilização Indevida da Resolução do CFMV nº 1596/2024: ONGs e profissionais

estariam utilizando a dispensa de apresentação prévia de projetos para realizar programas problemáticos, frequentemente nos finais de semana, dificultando a fiscalização. - Problemas Encontrados: Falta de projetos no momento da fiscalização, locais inadequados, kits insuficientes, ausência de acompanhamento pós-operatório, eficácia questionável, condições sanitárias mínimas não atendidas e atendimento a animais de tutores com condições de pagar por clínicas privadas, gerando concorrência desleal. - Exemplo Político: Dr. Affonso citou um deputado em Minas Gerais que utiliza ônibus para oferecer consultas e vacinação, com fins políticos. - Proposta de Criação de Grupo de Trabalho: Sugeriu ao Conselho Federal a criação de um grupo de trabalho para revisar a Resolução 1596/2024 e estabelecer diretrizes que protejam o bem-estar animal e foquem no efetivo controle populacional, e não em ações políticas. - Reclamações e Problemas Pós-Operatórios: Colegas relatam inúmeras reclamações de tutores sobre problemas pós-operatórios e falta de suporte das empresas responsáveis pelas castrações. - Necessidade de Normatização e Informação à Sociedade: Há um consenso sobre a necessidade do CFMV normatizar ou, pelo menos, informar a sociedade sobre os problemas dessas ações, mostrando que o conselho não é conivente com as práticas inadequadas. - Questões Éticas e de Qualidade: São levantadas preocupações sobre a qualidade dos procedimentos (anestesia inadequada, falta de analgesia e antibióticos individualizados), a falta de estrutura adequada (operações em contêineres) e a ausência de fiscalização rigorosa como a exigida em clínicas particulares. - Impacto na Clientela das Clínicas: Veterinários relatam perda de clientela devido à oferta de serviços gratuitos, muitas vezes para tutores que poderiam pagar por atendimento particular. - Responsabilidade dos RTs: A Resolução 1596 coloca grande responsabilidade nos Responsáveis Técnicos (RTs) sem lhes dar o poder de controle sobre a execução dos projetos. - Problemas de Fiscalização: A fiscalização é dificultada pela falta de informações prévias sobre os projetos e pela atuação nos finais de semana. - Repercussão na População: Em alguns casos, a população demonstra revolta com a fiscalização dessas ações, defendendo a continuidade dos serviços gratuitos, mesmo que inadequados. - Casos de Prisão por Práticas Inadequadas: Há relatos de médicos-veterinários sendo presos por realizarem castrações em condições precárias, com medicamentos vencidos. - Necessidade de Ações Educativas: A importância de ações educativas junto à população é destacada para conscientizar sobre a qualidade dos serviços e o bem-estar animal. **10.3. Unidades Móveis de Saúde - diretrizes e formas regulamento para funcionamento.** Dr. Affonso Lopes de Aguiar Júnior, Presidente do CRMV-MG apresentou o tema das **Unidades Móveis de Saúde Veterinária** , expressando preocupação com o uso desregulado dessas ferramentas, que vão além dos "Castramóveis" e abrangem uma gama maior de serviços, competindo de forma desleal com clínicas e hospitais estabelecidos e sendo utilizadas com finalidades políticas. Ele expôs uma preocupação com o crescente uso desregulado de unidades móveis de saúde veterinária, que, apesar de terem potencial para ampliar o acesso, estão sendo utilizadas de maneira inadequada, comprometendo a qualidade dos serviços, a ética profissional e a saúde animal, além de gerar concorrência desleal. A principal demanda é por uma regulamentação urgente por parte do Conselho Federal para garantir o uso adequado e responsável dessas ferramentas. Não se busca a proibição (inconstitucional pela livre iniciativa), mas sim a regulamentação urgente para o uso adequado dessas unidades, maximizando seus benefícios dentro de um propósito ético e de qualidade na Medicina Veterinária. **Vantagens (Teóricas)** : Acesso a áreas remotas, agilidade em campanhas, redução de custos para tutores carentes e para o poder público (em comparação com construção de clínicas fixas), promoção da saúde pública (controle de zoonoses), flexibilidade de atendimento e educação sobre posse responsável. **Desvantagens (Reais e Preocupantes)**: - Falta de Regulamentação pelo CFMV: Leva à inconsistência na qualidade, dificulta a fiscalização de práticas inadequadas ou antiéticas. - Limitações de Infraestrutura: Espaço reduzido impede procedimentos complexos e armazenamento adequado. - Condições Inadequadas de Higiene e Esterilização: Comprometem a segurança de animais e profissionais (comparativo com exigências para clínicas fixas). - Dependência de Recursos: Manutenção (veículo, equipamentos, combustível) pode ser insustentável. - Falta de Continuidade: Operação pontual limita o impacto a longo prazo e prejudica o acompanhamento de tratamentos. - Risco à Saúde Animal: Falta de regulamentação pode permitir atuação de não qualificados e procedimentos inadequados. Superlotação em campanhas leva a atendimentos superficiais. - Desafio Logístico: Coordenar o deslocamento e garantir adesão da comunidade é complexo. - Impacto Ambiental: Ausência de controle de resíduos (PGRSS). **Propostas**: **1)** Criação de Grupo de Trabalho (GT) para tratar da complexidade da situação. **2)** Criação de norma regulamentadora específica para unidades móveis de saúde de uso médico-veterinário. **10.4. Projeto de Lei estabelece regime jurídico especial para os animais não humanos - natureza *sui generis* de Saúde - diretrizes e formas regulamento para funcionamento.** O Dr. Affonso Lopes de Aguiar Júnior, Presidente do CRMV-MG apresentou a discussão sobre o Projeto de Lei (PL 27/2018 e outros) que visa estabelecer um regime jurídico especial para animais não humanos, reconhecendo-os como sujeitos de direitos com natureza sui generis, e solicitou o apoio e a participação do CFMV, especialmente do departamento jurídico, para representar os médicos-veterinários nessa discussão. A discussão se centra na iminente mudança legal que reconhecerá os animais como sujeitos de direitos, com potenciais benefícios para o bem-estar animal, mas também com riscos significativos e desafios para a prática veterinária, a economia e as práticas culturais. Há um forte apelo para que o CFMV se envolva ativamente na discussão do projeto para proteger os interesses da profissão e orientar a sociedade. **Riscos e Desafios significativos**: - Fortalecimento da Proteção Animal (complicador): Penalidades mais severas podem gerar repercussões complexas na prática clínica, especialmente em casos de profissão de meio e não de resultado. - Impacto Econômico: Setores como pecuária, pesquisa e agronegócio podem ser afetados por regulamentações mais rígidas, com potenciais aumentos de custos. Pequenos produtores podem ter dificuldades de adaptação. - Conflitos com Práticas Culturais: Rodeios, vaquejadas e outros eventos tradicionais podem ser questionados, afetando a responsabilidade técnica veterinária nesses eventos. - Insegurança Jurídica: A definição da natureza sui generis pode gerar interpretações conflitantes,

especialmente em casos de propriedade, responsabilidade civil e eutanásia (necessidade de autorização do animal). - Desafios na Definição de Direitos: Complexidade em estabelecer quais direitos serão garantidos e como serão aplicados a diferentes tipos de animais (silvestres, produção, laboratório, domésticos). - Impacto na Atuação Profissional: Veterinários e zootecnistas estarão na linha de frente dessas novas regulamentações, podendo ser responsabilizados diretamente pela sociedade. **Conclusão e Proposta:** O CFMV e a Câmara dos Presidentes devem antecipar os impactos da lei para preparar os profissionais e a sociedade, criando estratégias, treinamentos e orientações. Propõe-se que o CFMV, com a participação da procuradoria jurídica e assessoria, discuta e crie estratégias para auxiliar os profissionais e esclarecer a sociedade sobre o PL. **Discussão Adicional:** - Abrangência da Lei: Há preocupação com o termo genérico "animais" na lei, que pode ter implicações para todo o reino animal, não se restringindo a cães e gatos. - Capacidade Jurídica dos Animais: O projeto levanta a questão da capacidade jurídica dos animais, inclusive para serem autores de ações judiciais. - Vícios no Projeto: Há indicações de que o projeto possui vícios que podem dificultar sua aprovação. - Necessidade de Conscientização: Os presidentes dos conselhos são alertados sobre a importância de compreender os potenciais impactos da lei na profissão, como a questão da eutanásia e os direitos dos animais. **11. Apresentação do SinPatinhas (Sistema Nacional de Identificação de Animais de Companhia).** A Dra. Vanessa Negrini, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, apresentou o SinPatinhas (Sistema Nacional de Identificação de Animais de Companhia) aos Presidentes dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, buscando colaboração e feedback para o desenvolvimento e implementação do sistema. O objetivo principal é criar um cadastro nacional de animais domésticos para fundamentar políticas públicas de manejo populacional ético, controle de doenças e bem-estar animal. A discussão abrange funcionalidades do sistema, desafios e sugestões para seu aprimoramento. A apresentação e discussão do SinPatinhas demonstram um esforço do MMA em criar um sistema robusto e útil para a gestão da população de animais de companhia no Brasil, com a participação ativa da classe veterinária para garantir sua eficácia e alinhamento com as necessidades da área. O sistema ainda está em desenvolvimento, e as sugestões e desafios levantados serão importantes para seu aprimoramento e sucesso. **Principais Pontos Gerais**: - Objetivo Central do SinPatinhas: Criar um cadastro nacional de animais de companhia para gerar dados cruciais para políticas públicas eficazes em manejo populacional, controle de zoonoses e bem-estar animal. - Desenvolvimento Colaborativo: O sistema está sendo desenvolvido em parceria e com a escuta ativa do CFMV e CRMVs, com a previsão de aprimoramento contínuo baseado no feedback da classe veterinária. - Funcionalidades Essenciais: Cadastro de tutores (pessoas físicas e jurídicas via GovBR), cadastro de animais (com RG animal e QR Code), registro de procedimentos veterinários por profissionais autenticados, transferência de tutela com histórico, e identificação de animais comunitários. - Foco em Políticas Públicas: A coleta de dados visa direcionar ações de castração, vacinação, controle de doenças, manejo de animais comunitários e apoio a ONGs. - Microchipagem e Integração de Dados: Incentivo à microchipagem (não obrigatória inicialmente) e planos para integrar o SinPatinhas com outras bases de dados (municipais, fabricantes de microchips, planos de saúde). - Valorização do médico-veterinário: Intenção de que o registro de procedimentos privativos seja feito por médicos veterinários, e a validação de profissionais via sistema do CFMV. - Decreto Presidencial: Já pronto, o decreto que regulamenta o SinPatinhas e o Programa Nacional de Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos reconhece as resoluções do CFMV para casos de maus-tratos. - Desafios e Sugestões: A discussão levanta questões sobre a regulamentação de animais comunitários, apoio à regularização de ONGs, a importância do registro de causas de óbito, a necessidade de critérios claros e exames pré-operatórios em programas de castração, e a validação da vacinação em campanhas públicas. - Orçamento e Visão da Proteção Animal: Debate sobre a necessidade de maior investimento em saúde animal e a crescente compreensão da proteção animal como um direito fundamental. **Principais Pontos Específicos por Tema**: - Registro de Óbito e Doenças: Sugestão de permitir o registro por veterinários (e inicialmente patologistas) com detalhamento da causa e vinculação de notificações compulsórias ao Ministério da Saúde. O sistema atual permite o registro por veterinários, mas a sugestão de envolver laboratórios será estudada. - Programas de Castração: Discussão sobre a necessidade de critérios claros (como o CadÚnico para baixa renda) e a inclusão de exames pré-operatórios para a segurança dos animais em programas financiados por emendas parlamentares. O MMA estabelece parâmetros básicos, mas a seleção dos beneficiários é do executor da emenda. - Animal Comunitário: Reconhecimento da necessidade de regulamentação e definição de responsabilidades para animais comunitários, possivelmente através de instrução normativa ou legislação federal. - Microchipagem: Embora não obrigatória por lei, o MMA incentivará a microchipagem com possível apoio financeiro aos municípios e estratégias de parceria com clínicas. - Vacinação: O sistema já contempla o registro de vacinação por médicos-veterinários, com planos para emissão de carteirinha digital. Levantada a importância da validação da vacinação em campanhas públicas por médicos-veterinários dos órgãos sanitários. - Integração de Dados: Planos para integrar o SinPatinhas com bancos de dados de municípios, fabricantes de microchips e planos de saúde para um cadastro nacional unificado. - Orçamento e Direito Animal: Discussão sobre a necessidade de maior investimento em políticas de proteção animal, defendendo a causa como um direito fundamental e buscando dados concretos no SinPatinhas para reivindicar recursos. **IV – TEMA LIVRE. 1. Publicidade e Processos Éticos na Medicina Veterinária. Apresentante:** José Carlos Landeiro Fraga, Presidente do CRMV-ES. Dr. Landeiro discorreu sobre a problemática da publicidade e divulgação de preços por médicos-veterinários, as divergências de opiniões dentro da categoria e os processos éticos decorrentes dessas infrações. Ele também abordou a necessidade urgente de uma nova resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) sobre o tema, que acompanhe as mudanças nas redes sociais. **Principais Pontos**: - Histórico da Publicidade Veterinária: A legislação sobre publicidade veterinária, criada há 20 anos, focava em meios de comunicação tradicionais como jornais, sem prever o impacto das redes sociais. - Processo Ético por Divulgação de Preços: Um

médico-veterinário do Espírito Santo foi penalizado com 30 dias de suspensão por divulgar preços de atendimentos em redes sociais, infringindo o artigo 12, do Código de Ética, cuja pena inicial é censura pública (artigo 14). A reincidência no estado foi um agravante. - Falta de Integração de Penalidades no Siscad: O Siscad não registra penalidades confidenciais ou advertências de outros Conselhos Regionais, dificultando a identificação de agravantes em processos éticos. O Espírito Santo pretende incluir essas informações. - Divergência de Opiniões entre gerações: Há uma grande divisão de opiniões sobre a liberação da publicidade: médicos-veterinários mais jovens (70% com menos de 10 anos de formados, com 99% a favor da liberação): Defendem a abertura da publicidade, citando o modelo dos Estados Unidos, onde a divulgação de preços e procedimentos é comum. médicos-veterinários mais experientes (90% com mais de 20 anos de formados): São majoritariamente contra a propaganda e a divulgação de preços. - Apoio à Resolução do CFMV: O CRMV-ES apoiará a resolução sobre publicidade e propaganda que for publicada pelo CFMV e pelo Grupo de Trabalho, enfatizando a urgência de sua publicação. O CRMV-ES inclusive enviou uma sugestão bem robusta para a nova Resolução de publicidade. - Dificuldade de Lidar com Redes Sociais: A dinâmica das redes sociais torna complexa a fiscalização e a aplicação das normas de publicidade, como no caso de um professor sendo filmado por um aluno durante uma cirurgia e o vídeo sendo postado online. - Alto Número de Processos Éticos no Espírito Santo: O CRMV-ES abre um número significativamente maior de processos éticos por ano (cerca de 50) em comparação com outros estados, incluindo casos relacionados à publicidade. O estado também foi responsável por uma parcela considerável das cassações de registro no Brasil. - Necessidade de Atualização Normativa: A legislação atual não acompanha a realidade das redes sociais, tornando urgente a publicação de uma nova resolução do CFMV sobre publicidade e propaganda na Medicina Veterinária. **2. Agradecimento por Apoio na Fiscalização do CRMV-AL: Apresentante:** Dra. Annelise Castanha Barreto Tenório Nunes, Presidente do CRMV-AL: A Dra. Annelise expressou seu profundo agradecimento ao Dr. Nirley (CRMV-RN) e ao Núcleo de Apoio aos Regionais (NAR) pelo auxílio crucial na área de fiscalização. Ela manifestou sua gratidão pelo apoio fundamental de outros regionais e do NAR, que possibilitou a formação de fiscais próprios e o fortalecimento da atuação do Conselho na fiscalização, atendendo a uma importante demanda da categoria. **Principais Pontos**: - Dívida de Gratidão ao CRMV-RN: O CRMV-AL não possuía fiscais concursados, o que impedia sua atuação plena na fiscalização. O CRMV-RN, através de Nirley e anteriormente Barreto, ofereceu suporte significativo. - Disponibilidade de Fiscais de outros Regionais: Fiscais do Rio Grande do Norte e de Pernambuco auxiliaram o CRMV-AL em ações de fiscalização, especialmente em parceria com o Ministério Público na fiscalização preventiva integrada. - Importância da Fiscalização Oficial: Sem fiscais próprios, o CRMV-AL não podia emitir documentos oficiais de fiscalização, limitando sua atuação. - Apoio do NAR no Treinamento: O NAR está atualmente treinando os novos fiscais do CRMV-AL. - Conquista da Atuação Própria na Fiscalização: A partir da próxima semana, o CRMV-AL terá seus próprios fiscais atuando, o que é motivo de grande satisfação para a presidente. - Atendimento a uma demanda profissional: A regularização da fiscalização era uma cobrança dos profissionais da região. - Fortalecimento da Atuação do Conselho: Com fiscais próprios, o CRMV-AL poderá atuar de forma mais efetiva e próxima aos profissionais. **3. CNP e atividades institucionais – Apresentante:** Dr. Thiago Leite Fraga, Presidente do CRMV-MS avaliou a recente mobilização da categoria em Brasília como positiva e a sensação geral é de dever cumprido e produtividade, apesar do cansaço e da necessidade de aprimoramentos na organização e no acompanhamento das ações. A atividade foi avaliada positivamente em termos de engajamento e impacto inicial no Congresso. No entanto, foram levantadas sugestões para aprimorar a organização, o tempo dedicado ao estudo das propostas legislativas e, principalmente, a necessidade de um acompanhamento contínuo das ações junto aos parlamentares nos estados para garantir a efetividade dos esforços. **Principais Pontos**: - Sensação de Dever Cumprido e Produtividade: A mobilização em Brasília foi considerada uma experiência notável e produtiva, gerando uma sensação de dever cumprido entre os participantes. - Impacto no Congresso: Um deputado relatou nunca ter presenciado um movimento tão expressivo da Medicina Veterinária no Congresso Nacional, evidenciando o potencial de influência da categoria. - Importância da Mobilização Coletiva: A ação é vista como um esforço do Sistema CFMV/CRMVs como um todo, e os resultados alcançados demonstram o potencial da união da categoria no âmbito legislativo. - Obtenção de Apoio de Senador: Foi considerado um feito significativo a obtenção de um vídeo de um senador do Mato Grosso do Sul se posicionando contra a PL, algo que outros parlamentares não se dispuseram a fazer. - Sugestão de CNPs em Brasília: sugere que as próximas reuniões da Câmara Nacional de Presidentes (CNPs) sejam sempre realizadas em Brasília para facilitar a articulação com o poder legislativo federal. - Necessidade de mais tempo para estudo da PL. - Importância da Continuidade das Ações: enfatiza que a mobilização em Brasília não deve ser um evento isolado, mas sim um ponto de partida para um acompanhamento contínuo junto aos parlamentares em seus estados de origem, reforçando os pleitos da categoria. - Sugestão de Melhor Organização: sugere uma organização mais pontual e, possivelmente, a alocação de um tempo específico dentro da programação da CNP para as atividades de articulação política, evitando o comprometimento de outros temas da reunião. - Cansaço e Produtividade: Apesar do cansaço gerado pela mobilização, todos concordaram que a experiência foi muito produtiva para a defesa dos interesses da Medicina Veterinária no cenário legislativo. **4. Importância do Diálogo Institucional e Novidades do MAPA. Apresentante:** Dr. Leny Rosa Filho, Vice-Presidente do CRMV-MT: F oi amplamente discutida a importância do diálogo institucional entre o Sistema CFMV/CRMVs e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), especialmente frente às recentes mudanças regulatórias no Setor de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA. O Dr. Leny Rosa Filho destacou a necessidade urgente de uma comunicação proativa e bem-informada entre as entidades da Medicina Veterinária e o MAPA, criticando a postura de enfrentamento adotada em certas manifestações públicas, como a nota emitida pelo CFMV, considerada desproporcional e confusa. Esclareceu que o MAPA não busca "flexibilizar" a inspeção, mas sim modernizar o sistema por meio de análises de risco e da valorização da inspeção municipal em produtos como leite, ovo e mel, além de ampliar a

adesão ao SISB. Ele reiterou que mudanças dessa natureza exigem quebra de paradigmas e colaboração interinstitucional. O Dr. Rafael Costa Vieira, Presidente do CRMV-GO, reforçou a fala do Dr. Leny e propôs uma reunião extraordinária com os presidentes dos Regionais e o MAPA, com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre o projeto de autocontrole e credenciamento de médicos-veterinários para atividades de Inspeção. Dr. Rafael enfatizou que esse modelo tem potencial de modernizar o sistema de inspeção, gerar empregos e fomentar o desenvolvimento econômico, citando como exemplo experiências bem-sucedidas em estados como Santa Catarina, Paraná e Goiás. O Dr. Marcos Vinícius, Tesoureiro do CFMV defendeu a nota emitida pela entidade como uma resposta necessária a declarações presidenciais que poderiam comprometer a segurança alimentar. Embora reconheça os méritos do modelo de inspeção com apoio credenciado, como o implementado em Santa Catarina, sua principal preocupação recai sobre a possibilidade de retrocessos sanitários diante de uma implementação apressada. Ressaltou que o CFMV permanece aberto ao diálogo e à colaboração com o MAPA, mas que, em situações de grande repercussão pública, respostas rápidas são necessárias. Já o Dr. José Maria dos Santos Filho, Secretário-geral do CFMV, destacou a importância de uma abordagem equilibrada e responsável, ressaltando as enormes disparidades nos serviços de inspeção municipal em diferentes regiões do Brasil. Ele alertou para os riscos de se generalizar modelos de sucesso como o de Santa Catarina sem o devido suporte técnico e estrutural do governo. Segundo José Maria, a prioridade do CFMV é garantir alimentos seguros e de qualidade para toda a população brasileira, especialmente a de menor renda, e a nota emitida teve como objetivo chamar atenção para esses riscos e propor um debate técnico, sem conotações políticas ou corporativistas. Em síntese, o debate evidenciou a necessidade de maior alinhamento entre os Conselhos de Medicina Veterinária e o MAPA, com foco na segurança alimentar, valorização da responsabilidade técnica e modernização da Inspeção Sanitária, sempre pautados pelo diálogo institucional e respeito às diferentes realidades regionais. **5. Proposta de Centralizar Encontros Políticos da Medicina Veterinária em Brasília. Apresentante:** Dr. José Carlos Landeiro Fraga, Presidente do CRMV-ES: Dr. Landeiro defendeu a concentração de esforços políticos da Medicina Veterinária e da Zootecnia em Brasília, aproveitando as reuniões da CNP para estabelecer um diálogo contínuo e estratégico com parlamentares relevantes, facilitando o acesso e a interação dos presidentes dos CRMVs com o poder legislativo federal. Dr. Landeiro esclareceu que apoia a realização de mais reuniões em Brasília, desde que tenham um foco político claro e estratégico, com o objetivo de construir relacionamentos contínuos com parlamentares interessados nas pautas da Medicina Veterinária. Ele entende a importância de plenárias fora de Brasília, mas defende a centralização de encontros políticos quando necessário. **Principais Pontos**: - Situação da Inspeção no ES: O Dr. Landeiro informou que a Inspeção no Espírito Santo está relativamente bem, com médicos-veterinários atuando na Inspeção municipal e estadual (principalmente em inspeções temporárias em indústrias). A principal dificuldade é a falta de médicos-veterinários para atender a demanda dessas inspeções temporárias. - Apoia à Proposta de CNPs em Brasília e concorda com a ideia de centralizar mais encontros em Brasília, visando facilitar o contato com deputados e senadores. - Paralelo com Encontro no SICOOB Sul: Ele citou um encontro no SICOOB Sul, em Cachoeira do Itapemirim, que reuniu diversos parlamentares (Magno Malta, Ricardo Ferraz, Evair de Melo e deputados estaduais), demonstrando a possibilidade de atrair políticos em eventos da categoria. - Sugestão de Agenda Política Contínua: O Dr. Landeiro propôs que durante as CNPs em Brasília, sejam feitos convites diários (manhã e tarde) para que deputados e senadores com interesse nas pautas da Medicina Veterinária e da Zootecnia compareçam para conversar com os presidentes dos CRMVs. - Vantagem de Receber Parlamentares: Ele argumenta que é mais eficaz receber os parlamentares na sede do CFMV do que os presidentes terem que se deslocar aos gabinetes, muitas vezes encontrando agendas cheias ou assessores. - Foco em Parlamentares Estratégicos: A sugestão é convidar senadores e deputados que já demonstram interesse nas questões da Medicina Veterinária, otimizando o tempo e o impacto das reuniões. - Flexibilidade da Agenda Política: Sugeriu que a agenda de encontros com parlamentares possa ser organizada de forma flexível, aproveitando a presença dos presidentes em Brasília. - Experiência positiva com Deputado: Relatou uma interação positiva com um deputado de São Paulo que compareceu a um evento e manteve contato, mesmo sem o Dr. Landeiro conhecê-lo previamente. **6. Sugestão: Apresentante**: Méd.-Vet. Anilto Funez Júnior. Sugeriu duas estratégias para otimizar essa comunicação: 1) Antecipação dos temas: Solicita que os temas a serem discutidos sejam fornecidos com antecedência para que os participantes possam se preparar e levar mais conhecimento aos deputados e senadores. 2) Foco nos líderes partidários: Propôs concentrar esforços nos líderes dos partidos, argumentando que um líder tem influência sobre toda a bancada. Relatou uma experiência positiva em seu estado, onde o líder partidário é seu amigo e já reuniu toda a bancada federal para dialogar. Ele acredita que essa abordagem facilitaria o diálogo com todos os parlamentares, evitando a necessidade de visitar gabinetes individualmente, aproveitando as reuniões de bancada dos estados. **7. Questões sobre Área Comercial, Banho e Tosa e Seguro de Viagem nos CRMVs. Apresentante:** Dr. Affonso Lopes de Aguiar Júnior, Presidente do CRMV-MG: O Dr. Affonso levantou três pontos para discussão: a situação de médicos-veterinários na área comercial, a responsabilidade técnica em banho e tosa, e a possibilidade de seguro de viagem para diretores e conselheiros dos CRMVs. **7.1 Médicos-Veterinários na Área Comercial** : O CRMV-MG, diferentemente de outros, não concedia cancelamento de inscrição para médicos-veterinários atuando na área comercial, entendendo que sua presença ali se dava por serem médicos-veterinários. Dra. Juliana Costa, Conselheira do CRMV-MG e atuante na área comercial há 22 anos, relatou um aumento significativo de médicos-veterinários buscando emprego no setor (recebe mais de 200 currículos/mês em MG, SP e RJ). Muitas empresas contratam esses médicos-veterinários como promotores ou vendedores, mas eles exercem atividades inerentes à profissão (farmacovigilância, acompanhamento de reações adversas, palestras), sem manter o CRMV ativo. Dra. Juliana relatou ter inclusive prestado socorro emergencial a um animal, demonstrando a atuação clínica de médicos-veterinários na área comercial. Há uma falta de regulamentação para exigir das distribuidoras e empresas a necessidade de CRMV ativo para esses profissionais.

Há uma preocupação de que os CRMVs estejam "perdendo a mão" nessa questão, com muitos médicos-veterinários exercendo a profissão sem a devida inscrição ativa. **7.2 Responsabilidade Técnica em Banho e Tosa** : O Dr. Affonso busca um posicionamento do CFMV sobre a obrigatoriedade de Responsabilidade Técnica (RT) em banho e tosa, após um caso de perfuração craniana em um cão em Belo Horizonte gerar cobranças sobre o CRMV-MG. Dr. Cyrlston Martins Valentino, Gerente Jurídico do CFMV informou que a Resolução do CFMV nº 878/2008 continua a exigir RT. Dr. Thiago Leite, Presidente do CRMV-MS afirmou que a cobrança de RT nunca cessou. Dr. Affonso contrapôs que não cobram RT de banho e tosa há muito tempo, pois perdem as ações judiciais sobre o tema, havendo entendimento cível de que não é necessário. O Dr. Valentino corrigiu, afirmando que existem decisões judiciais favoráveis à exigência de RT em banho e tosa, compartilhadas no grupo de advogados dos CRMVs. **7.3 Seguro de Viagem para Diretores e Conselheiros** : Dr. Affonso Lopes questionou sobre a possibilidade legal de contratar um seguro de viagem para seus diretores e conselheiros. O Dr. Valentino CFMV informou que há uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que impede essa contratação. Ressaltou a autonomia de cada CRMV para consultar seu próprio jurídico sobre a questão. **8. Fiscalização Noturna no RJ, Sugestões para CNP e Regulamentação de Pet Shops. Apresentante:** Dr. Diogo Alves da Conceição, Presidente do CRMV-RJ. Dr. Diogo compartilhou uma conquista do seu Regional, fez sugestões para aprimorar as reuniões da CNP e propôs uma estratégia para regulamentar pet shops. **Principais Pontos**: - Fiscalização Noturna e de Fim de Semana no RJ: O CRMV-RJ firmou um acordo coletivo com seus fiscais para implementar a fiscalização noturna e nos finais de semana. Ele se colocou à disposição para compartilhar o modelo com outros regionais interessados. - Sugestão de Extensão da CNP: O Dr. Diogo sugeriu estender a duração das reuniões da CNP de quatro para cinco dias (de terça a sexta), aproveitando a presença dos presidentes em Brasília para maior produtividade. - Sugestão de Atividade Social na CNP: Ele propôs incluir uma atividade social noturna na programação da CNP para promover maior integração e harmonização entre os participantes. - Estratégia para Regulamentar Pet Shops: Em relação à questão dos pets shops, levantada pelo Dr. Affonso, o Dr. Diogo sugeriu uma abordagem legislativa, buscando um projeto de lei análogo ao da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA. Ele acredita que tentar o registro compulsório de casas agropecuárias e pets shops não será bem-sucedido. A obrigatoriedade da ART seria uma forma de garantir a responsabilidade técnica e a saúde financeira do Sistema CFMV/CRMVs através da pessoa jurídica. Ele mencionou o Projeto de Lei nº 2154/2023 como um possível instrumento para essa pressão no Congresso. - Sugestão de Mini-Comitivas para Articulação Política: Para otimizar a articulação política em Brasília, o Dr. Diogo propôs que o CFMV convide blocos regionais (sugere seis blocos de quatro presidentes) para acompanharem as ações, tornando a atuação mais direcionada e assertiva, em vez da dispersão observada em mobilizações anteriores. **9. Agradecimento. Apresentante:** Dr. Miguel Ferreira Cavalcante Filho, Presidente do CRMV-PI - Expressou sua gratidão pela experiência e aprendizado durante a CNP, destacando a nobre missão de presidir um Conselho de Medicina Veterinária e Zootecnia. Celebrou a evolução da CNP para uma postura mais proativa e defendeu a construção de um projeto político claro para a Medicina Veterinária e a Zootecnia e enfatizou a importância de estratégias políticas bem definidas, do conhecimento dos parlamentares e da possibilidade de CNPs temáticas para otimizar a atuação da Câmara, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento das profissões no Piauí e com a sociedade. **Principais Pontos**: - Gratidão e Aprendizado: Expressou sua gratidão pelas experiências compartilhadas e pelo aprendizado que levará para sua atuação no Piauí. - Mudança para Postura Proativa: Observou uma evolução da CNP para uma postura proativa na defesa e crescimento da Medicina Veterinária e da Zootecnia, em vez de apenas reagir a ataques. - Necessidade de Projeto Político da Câmara: Defendeu que a CNP, enquanto coletivo, deveria ter um projeto político com pilares fortes (como valorização e renda) para fortalecer as profissões e combater percepções negativas. - Importância de Estratégias e Conhecimento dos Parlamentares: Enfatizou a necessidade de estratégias para a articulação política, incluindo o conhecimento detalhado dos parlamentares influentes nas comissões, seus projetos e motivações. - Apoio à Postura Política Ativa e CNPs Temáticas: Corroborou com a opinião de outros presidentes sobre a importância de uma postura política ativa da Câmara e sugeriu a possibilidade de organizar CNPs temáticas (focadas em inspeção, registros, etc.) para concentrar as demandas e facilitar a atuação. - Desafio de Responder a Todas as Demandas: Reconheceu o grande volume de demandas que chegam à Câmara e a dificuldade de respondê-las com eficácia e agilidade. - Importância de Brasília para a Atuação Política: Reforçou a importância de Brasília como centro político do país para a atuação estratégica da Câmara. - Agradecimento à Equipe do CRMV-PI e ao CFMV: Agradeceu a participação da Vice-Presidente e da Tesoureira do CRMV-PI e o apoio do CFMV no planejamento estratégico e em outras iniciativas do Regional. - Compromisso com a Sociedade: Expressou o compromisso de trabalhar em prol da sociedade, buscando construir um Conselho que responda às necessidades da população. - Despedida com Gratidão: Despediu-se com gratidão pela amizade, respeito e acolhimento dos colegas e da Diretoria do CFMV. **10. Agradecimento** Dr. Rodrigo Antonio Bites Montezuma, Presidente do CRMV-DF, expressou sua gratidão pela primeira participação na CNP e enfatizou a importância da formação de novas lideranças e apontou a necessidade de alterações na legislação eleitoral dos CRMVs para facilitar a candidatura de novos nomes. Também sugeriu um período de transição mais adequado para os comissionados e se colocou à disposição para colaborar e trocar experiências com os outros Conselhos. **Principais Pontos**: - Agradecimento pela Primeira CNP: manifestou sua gratidão pela experiência em sua primeira reunião da Câmara de Presidentes. - Foco na Formação de Lideranças: Destacou como marcante a fala de um deputado sobre a necessidade de estimular a formação de lideranças na categoria. - Necessidade de Alterar a Resolução 1298/2019: Apontou a urgência de modificar a Resolução que trata das eleições regionais, especificamente no que diz respeito ao prazo mínimo para registro de candidaturas, que atualmente dificulta a participação de novos candidatos. - Sugestão de Ajuda dos Regionais aos Candidatos: Propôs que os CRMVs ofereçam apoio aos candidatos na emissão de

certidões, observando que candidatos da situação geralmente têm essa documentação adiantada, estrangulando os prazos para novos concorrentes. - Desafio da Transição de Gestão: Agradeceu o apoio na transição de gestão no CRMV-DF, mas relatou que as providências foram deixadas para um período muito próximo do exercício. - Sugestão de Período de Transição para Comissionados: Propôs ao CFMV que se estabeleça um período de transição de pelo menos 10(dez) dias entre comissionados para facilitar o aprendizado e a troca de informações sobre os serviços. - Disponibilidade em Brasília e abertura à troca de experiências: Colocou-se à disposição em Brasília e manifestou interesse em compartilhar experiências e aprender com os demais Presidentes dos CRMVs, especialmente por ser um "novato". **V** - **O QUE OCORRER - DELIBERAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO DA OIE** – O **Presidente em Exercício do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Dr. Romulo Cezar Spinelli Ribeiro de Miranda**, comunicou aos presentes a deliberação acerca da composição da comitiva para o evento da **Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)**, a ser realizado em Paris - França, no período de 25 a 29 de maio de 2025. Foi informado que um Presidente Regional seria sorteado para integrar a referida comitiva, com as despesas custeadas pelo CFMV. Dr. Romulo, então, indagou aos Presidentes presentes sobre eventual desinteresse em participar, sendo que nenhum dos presentes manifestou-se negativamente. Ato contínuo, foi realizado o sorteio e anunciado o resultado, que designou o Dr. Mauro Antonio Correa **Moreira, Presidente do CRMV-RS (CRMV-RS nº 12.494),** para acompanhar a Comitiva do CFMV ao evento da OIE em maio de 2025. **VI - ENCERRAMENTO**. Encerrados os temas e as discussões, o Presidente em Exercício, Dr. Romulo Cezar Spinelli Ribeiro de Miranda, agradeceu a todos e avaliou positivamente a produtividade da CNP, apesar dos desafios inerentes à articulação política em Brasília. Explicou a dificuldade de agendar e manter encontros com parlamentares devido às suas agendas complexas e reforçou a necessidade da proatividade dos representantes da Medicina Veterinária em ir ao encontro do poder legislativo. Agradeceu à equipe de organização e aconselhou os Presidentes a terem paciência e compreensão diante da dinâmica política. Finalizadas as discussões e realizados todos os agradecimentos, o Presidente em Exercício do CFMV declarou encerrada a Primeira Câmara Nacional de Presidentes do Sistema CFMV/CRMVs de 2025, solicitando que eu, Secretário-Geral do CFMV, Dr. José Maria dos Santos Filho lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais presentes.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Romulo Cezar Spinelli Ribeiro de Miranda**, **Presidente em Exercício do CFMV - FGSUP - PR**, em 02/06/2025 11:34:54.
- **Nirley Vercelly Lopes Formiga**, **Presidente do CRMV-RN - FGSUP - PLENARIO/RN**, em 02/06/2025 11:36:01.
- **Lúcio Leopoldo Aragão da Silva**, **Presidente do CRMV-BA - FGSUP - PR/BA**, em 02/06/2025 11:36:46.
- **Anilto Funez Junior**, **Presidente do CRMV-RO - FGSUP - PR/RO**, em 02/06/2025 11:37:52.
- **Rodrigo Afonso Leitão**, **Conselheiro Efetivo do CFMV - CESUP - PLENARIO**, em 02/06/2025 11:44:10.
- **Fábio Pires de Moraes**, **Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Acre - FGSUP - CRMV-AC**, em 02/06/2025 11:49:25.
- **Silas Maurício Cuneo Amaral**, **Tesoureiro do CRMV-SC - FGSUP - TS/SC**, em 02/06/2025 11:56:10.
- **Márcia Helena da Fonseca**, **Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Tocantins - FGSUP - CRMV-TO**, em 02/06/2025 12:16:02.
- **Eduardo Luiz Cavalcanti Caldas**, **Presidente do CRMV-SE - FGSUP - PR/SE**, em 02/06/2025 12:17:14.
- **José Maria dos Santos Filho**, **Secretário-Geral do CFMV - FGSUP - SG**, em 02/06/2025 12:28:01.
- **Roberto Renato Pinheiro da Silva**, **Conselheiro Efetivo do CFMV - CESUP - PLENARIO**, em 02/06/2025 12:40:34.
- **Diogo Alves da Conceição**, **Presidente do Conselho Regional do Estado do Rio de Janeiro - FGSUP - CRMV-RJ**, em 02/06/2025 13:45:40.
- **Thiago Leite Fraga**, **Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso do Sul - FGSUP - CRMV-MS**, em 02/06/2025 14:29:06.
- **Ednaldo Souza da Silva**, **Presidente do CRMV-AM - FGSUP - PR/AM**, em 02/06/2025 14:41:41.
- **Annelise Castanha Barreto Tenório Nunes**, **Presidente do CRMV-AL - FGSUP - PR/AL**, em 02/06/2025 14:46:35.
- **Miguel Ferreira Cavalcante Filho**, **Presidente do CRMV-PI - FGSUP - PR/PI**, em 02/06/2025 15:05:19.
- **Rodrigo Antonio Bites Montezuma**, **Presidente do CRMV-DF - FGSUP - PR/DF**, em 02/06/2025 15:40:52.
- **Marcos Vinícius de Oliveira Neves**, **Tesoureiro do CFMV - FGSUP - TS**, em 02/06/2025 16:37:53.
- **Raimundo Alves Barrêto Júnior**, **Conselheiro Efetivo do CFMV - CESUP - PLENARIO**, em 02/06/2025 16:40:04.
- **Maria Elisa de Almeida Araújo**, **Presidente do CRMV-PE - FGSUP - PR/PE**, em 02/06/2025 16:40:19.
- **Affonso Lopes de Aguiar Junior**, **Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais - FGSUP - CRMV-MG**, em 02/06/2025 17:11:24.
- **José Cecílio Martins Neto**, **Presidente do CRMV-PB - FGSUP - PR/PB**, em 02/06/2025 17:29:40.
- **Mitika Kuribayashi Hagiwara**, **Conselheira Efetiva do CFMV - CESUP - PLENARIO**, em 02/06/2025 23:00:42.
- **Licindo Rodrigues Pereira**, **Presidente do CRMV-MA - FGSUP - PR/MA**, em 03/06/2025 05:53:11.
- **Rackel Barroso**, **Presidente do CRMV-AP - FGSUP - PR/AP**, em 03/06/2025 09:27:44.
- **Francisco Edson Gomes**, **Conselheiro Efetivo do CFMV - CESUP - PLENARIO**, em 03/06/2025 09:56:25.
- **Nazaré Fonseca de Souza**, **Presidente do CRMV-PA - FGSUP - PR/PA**, em 03/06/2025 10:10:48.
- **Mauro Antonio Correa Moreira**, **Presidente do CRMV-RS - FGSUP - PR/RS**, em 03/06/2025 10:12:47.
- **José Carlos Landeiro Fraga**, **Presidente do CRMV-ES - FGSUP - PR/ES**, em 03/06/2025 10:20:42.
- **Daniela Pontes Chiebao**, **Presidente do CRMV-SP - FGSUP - CRMV-SP**, em 03/06/2025 10:20:59.
- **Adolfo Yoshiaki Sasaki**, **Presidente do CRMV-PR - FGSUP - PR/PR**, em 03/06/2025 20:19:42.
- **Rafael Costa Vieira**, **Presidente do CRMV-GO - FGSUP - PR/GO**, em 04/06/2025 14:39:38.
- **Daniel de Araújo Viana**, **Presidente do CRMV-CE - FGSUP - PR/CE**, em 09/06/2025 15:40:17.
- **Fábio Silva de Souza**, **Presidente do CRMV-RR - FGSUP - PR/RR**, em 10/06/2025 17:17:34.
- **Aruaque Lotufo Ferraz de Oliveira**, **Presidente do CRMV-MT - FGSUP - PR/MT**, em 11/06/2025 19:17:28.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/05/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.cfmv.gov.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 450382
Código de Autenticação: a69cb6ba29